

O Instituto Guaicuy tem acompanhado, como ouvinte, as reuniões mensais, onde a AECOM, auditora do Programa de Recuperação Socioambiental (PRSABP) e do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), apresenta para as Instituições de Justiça e Estado um diagnóstico sobre o cumprimento das ações e projetos em que a Vale S/A tem a obrigação de fazer, segundo o Acordo judicial.

Os principais pontos de atenção sobre o andamento do ERSHRE levantados pelo Instituto Guaicuy **na reunião do dia 31/07/2026** são apresentados a seguir. As informações são baseadas exclusivamente no conteúdo apresentado pela auditoria.

Continuidade das reuniões da ERM com lideranças e comunidades

Segundo o que foi informado pela auditoria, a AECOM registrou avanço no processo de comunicação da transição dos trabalhos, atualmente conduzidos pela executora ERM. No período, foram realizadas 33 novas reuniões com as comunidades do território, dando continuidade à programação do plano de comunicação.

Como pontos de atenção identificados durante essas reuniões, a auditoria destacou duas situações que exigem atuação específica da ERM. A comunidade de Taquaras se auto identificou recentemente como comunidade tradicional, enquanto a comunidade de Shopping das Minhocas, já reconhecida como tradicional, possui um Protocolo de Consulta construído pela empresa executora anterior (o grupo EPA). Diante disso, a auditoria alertou que a ERM deve aplicar, nessas e em eventuais novas situações semelhantes, a abordagem prevista na Convenção 169 da OIT, além do que consta no projeto dos estudos.

Início das devolutivas e fechamento da Fase 1

A auditoria registrou o início das devolutivas, que marcam o fechamento da Fase 1 do ERSHRE, etapa que faz o levantamento das preocupações das comunidades, concluída pela empresa executora anterior. Nessa nova rodada, a ERM retorna ao território para apresentar a consolidação das informações levantadas, dar continuidade ao cronograma dos estudos e apresentar o início da Fase 2, quando serão realizadas as coletas em campo.

Para a primeira quinzena de agosto de 2026, a ERM já apresentou sete reuniões agendadas: uma reunião on-line com o SUS municipal e outras seis reuniões presenciais em comunidades da região de Brumadinho.

Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na Bacia do Rio Paraopeba (EA)

Plano de trabalho em análise

A auditoria informou que a executora do estudo, SAGE/COPPE-UFRJ, entregou ao final de junho o plano de trabalho para aplicação dos questionários. O documento já foi avaliado pela AECOMe enviado para a SEAPA, que segue em processo de análise e fechamento. O plano de trabalho define o conteúdo dos questionários que serão aplicados no território, o desenho amostral (quantidade de questionários que serão aplicados) e a distribuição das aplicações ao longo da bacia. A AECOM apontou a necessidade de alguns ajustes neste ponto.

Cronograma da Etapa 1 e início da Fase 2

A auditoria explicou que a Etapa 1 do estudo compreende a análise de dados secundários (que envolve analisar informações e documentos já existentes), das normativas aplicáveis (que são regras que podem ou precisam ser utilizadas) e do referencial metodológico (que a modo como o estudo precisa ser realizado), além da aplicação dos questionários que vão subsidiar as coletas da Fase 2. A aplicação dos questionários está prevista para ocorrer entre setembro de 2026 e o início de janeiro de 2027. O plano de trabalho, apresentado em sua versão inicial, segue em processo de revisão e ajustes, com previsão de finalização em setembro de 2026.

Portal da Auditoria Socioambiental

A auditoria voltou a apresentar as atualizações do [Portal da Auditoria Socioambiental](#), destacando a ferramenta de notícias e agendas, que reúne informações dos dois estudos: o ERSHRE e o da produção agropecuária e do pescado. Por meio dela, a população poderá acompanhar os canais de comunicação de cada estudo, além das notícias e agendas de reuniões e demais eventos, incluindo as devolutivas do estudo de risco. Segundo a auditoria, o período foi marcado pelos testes da ferramenta pelas empresas executoras, responsáveis por lançar as informações que são validadas pela auditoria antes da publicação. A partir de agosto de 2026, essa ferramenta de notícias e agendas deve ser liberada ao público, com a divulgação sendo reforçada pelas executoras junto às ATIs e à articulação comunitária ao longo da bacia.